

LEGISLAÇÃO EM DESTAQUE

1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

1.1 EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Emenda Constitucional n. 116, de 17 de fevereiro de 2022 Publicada no D.O.U. 18 fev. 2022	Acrescenta § 1º-A ao art. 156 da Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel.
Emenda Constitucional n. 115, de 10 de fevereiro de 2022 Publicada no D.O.U. 11 fev. 2022	Altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.

1.2 LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar n. 193, de 17 de março de 2022 Publicada no D.O.U. de 18 mar. 2022	Institui o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp).
Lei Complementar n. 192, de 11 de março de 2022 Publicada no D.O.U. de 11 mar. 2022 - Edição extra	Define os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que as operações se iniciem no exterior; e dá outras providências.
Lei Complementar n. 191, de 8 de março de 2022 Publicada no D.O.U. de 9 mar. 2022	Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).
Lei Complementar n. 190, de 4 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.U. de 5 jan. 2022	Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para regulamentar a cobrança do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto.
Lei Complementar n. 189, de 4 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.U. de 5 jan. 2022	Altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

1.3 LEIS ORDINÁRIAS

Lei n. 14.321, de 31 de março de 2022 Publicada no D.O.U. de 1º abr. 2022	Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional.
Lei n. 14.318, de 29 de março de 2022 Publicada no D.O.U. de 30 mar. 2022	Altera a Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999, e a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, para prever hipóteses de cabimento de utilização de sistema de protocolo integrado judicial de caráter nacional.

Lei n. 14.317, de 29 de março de 2022 Publicada no D.O.U. de 30 mar. 2022	Altera a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, para modificar a forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976; e revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 9.457, de 5 de maio de 1997, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 11.908, de 3 de março de 2009, e 12.249, de 11 de junho de 2010.
Lei n. 14.316, de 29 de março de 2022 Publicada no D.O.U. de 30 mar. 2022	Altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 13.675, de 11 de junho de 2018, para destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento da violência contra a mulher.
Lei n. 14.314, de 24 de março de 2022 Publicada no D.O.U. de 25 mar. 2022	Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para ajustar o período de suspensão da contagem dos prazos de validade dos concursos públicos em razão dos impactos econômicos decorrentes da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da covid-19.
Lei n. 14.313, de 21 de março de 2022 Publicada no D.O.U. de 22 mar. 2022	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre os processos de incorporação de tecnologias ao Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a utilização, pelo SUS, de medicamentos cuja indicação de uso seja distinta daquela aprovada no registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
Lei n. 14.312, de 14 de março de 2022 Publicada no D.O.U. de 15 mar. 2022	Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro); e altera as Leis nºs 8.677, de 13 de julho de 1993, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 11.124, de 16 de junho de 2005, e 11.977, de 7 de julho de 2009.
Lei n. 14.311, de 9 de março de 2022 Publicada no D.O.U. de 10 mar. 2022	Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica.
Lei n. 14.310, de 8 de março de 2022 Publicada no D.O.U. de 9 mar. 2022	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar o registro imediato, pela autoridade judicial, das medidas protetivas de urgência deferidas em favor da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes.
Lei n. 14.309, de 8 de março de 2022 Publicada no D.O.U. de 9 mar. 2022	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para permitir a realização de reuniões e deliberações virtuais pelas organizações da sociedade civil, assim como pelos condomínios edilícios, e para possibilitar a sessão permanente das assembleias condominiais.
Lei n. 14.308, de 8 de março de 2022 Publicada no D.O.U. de 9 mar. 2022	Institui a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica.
Lei n. 14.307, de 3 de março de 2022 Publicada no D.O.U. de 4 mar. 2022	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre o processo de atualização das coberturas no âmbito da saúde suplementar.
Lei n. 14.305, de 23 de fevereiro de 2022 Publicada no D.O.U. de 24 fev. 2022	Cria o Programa Prioritário Pró-Pesquisa Covid-19 enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19.

Lei n. 14.304, de 23 de fevereiro de 2022 Publicada no D.O.U. de 24 fev. 2022	Veda a divulgação, a publicação ou a disseminação, em redes sociais ou em quaisquer outros meios de divulgação digitais, eletrônicos ou impressos, do registro visual da prática de infração que coloque em risco a segurança no trânsito; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).
Lei n. 14.303, de 21 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.U. de 24 jan. 2022	Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022.
Lei n. 14.302, de 7 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.U. de 10 jan. 2022	Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre a prorrogação do prazo de vigência de incentivos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis); e dá outras providências.
Lei n. 14.301, de 7 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.U. de 7 jan. 2022 - Edição extra	Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar); altera as Leis nºs 5.474, de 18 de julho de 1968, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e revoga o Decreto do Poder Legislativo nº 123, de 11 de novembro de 1892, e o Decreto-Lei nº 2.784, de 20 de novembro de 1940, e dispositivos da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e das Leis nºs 6.458, de 1º de novembro de 1977, 11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.483, de 31 de maio de 2007, 11.518, de 5 de setembro de 2007, 12.599, de 23 de março de 2012, 12.815, de 5 de junho de 2013, e 13.848, de 25 de junho de 2019.
Lei n. 14.300, de 6 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.U. de 7 jan. 2022	Institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS); altera as Leis nºs 10.848, de 15 de março de 2004, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
Lei n. 14.299, de 5 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.U. de 6 jan. 2022	Altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, e 9.074, de 7 de julho de 1995, para instituir subvenção econômica às concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica de pequeno porte; cria o Programa de Transição Energética Justa (TEJ); e dá outras providências.
Lei n. 14.298, de 5 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.U. de 6 jan. 2022	Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para estabelecer critérios de outorga mediante autorização para o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros; e dá outras providências.
Lei n. 14.297, de 5 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.U. de 6 jan. 2022	Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega durante a vigência da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus responsável pela covid-19.
Lei n. 14.294, de 4 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.U. de 5 jan. 2022	Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para definir percentual de arrecadação da loteria de prognósticos numéricos a ser destinado ao Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP).
Lei n. 14.293, de 4 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.U. de 5 jan. 2022	Institui o Programa de Venda em Balcão, com o objetivo de promover o acesso do pequeno criador de animais ao estoque público de milho; e dá outras providências.
Lei n. 14.292, de 3 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.U. de 4 jan. 2022	Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para dispor sobre as operações de compra e venda de álcool, a comercialização de combustíveis por revendedor varejista e a incidência da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nas referidas operações.

Lei n. 14.291, de 3 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.U. de 4 jan. 2022	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para dispor sobre a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão.
Lei n. 14.290, de 3 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.U. de 4 jan. 2022	Dispõe sobre a criação da Procuradoria Regional da República da 6ª Região; e dá outras providências.

1.4 DECRETOS

Decreto n. 11.027, de 31 de março de 2022 Publicado no D.O.U. de 1º abr. 2022	Regulamenta a comercialização de energia elétrica gerada pela Itaipu Binacional.
Decreto n. 11.026, de 31 de março de 2022 Publicado no D.O.U. de 1º abr. 2022	Altera o Decreto nº 10.312, de 4 de abril de 2020, que amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da covid-19.
Decreto n. 11.022, de 31 de março de 2022 Publicado no D.O.U. de 31 mar. 2022 - Edição extra	Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.
Decreto n. 11.021, de 31 de março de 2022 Publicado no D.O.U. de 31 mar. 2022 - Edição extra	Altera o Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021, para alterar a produção de efeitos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.
Decreto n. 11.018, de 30 de março de 2022 Publicado no D.O.U. de 30 mar. 2022 - Edição extra	Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama.
Decreto n. 11.016, de 29 de março de 2022 Publicado no D.O.U. de 30 mar. 2022	Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
Decreto n. 11.015, de 29 de março de 2022 Publicado no D.O.U. de 30 mar. 2022	Institui o Plano Nacional de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais e o seu Comitê Gestor.
Decreto n. 11.013, de 29 de março de 2022 Publicado no D.O.U. de 29 mar. 2022 - Edição extra	Altera o Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta o Programa Auxílio Brasil.
Decreto n. 11.012, de 28 de março de 2022 Publicado no D.O.U. de 29 mar. 2022	Altera o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, para dispor sobre a composição do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.



<p>Decreto n. 11.011, de 28 de março de 2022</p> <p>Publicado no D.O.U. de 29 mar. 2022</p>	<p>Regulamenta, no âmbito do Ministério da Defesa, o Capítulo V da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o regime de contratação de Auxiliares Locais.</p>
<p>Decreto n. 11.010, de 28 de março de 2022</p> <p>Publicado no D.O.U. de 29 mar. 2022</p>	<p>Altera o Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013, para dispor sobre os recursos de loterias destinados às entidades desportivas e para dar outras providências.</p>
<p>Decreto n. 11.009, de 25 de março de 2022</p> <p>Publicado no D.O.U. de 28 mar. 2022</p>	<p>Dispõe sobre o Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública.</p>
<p>Decreto n. 11.008, de 25 de março de 2022</p> <p>Publicado no D.O.U. de 28 mar. 2022</p>	<p>Regulamenta o § 1º do art. 7º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para estabelecer a destinação de bens, direitos e valores cuja perda tenha sido declarada em processos de competência da justiça federal nos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.</p>
<p>Decreto n. 11.004, de 21 de março de 2022</p> <p>Publicado no D.O.U. de 22 mar. 2022</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.</p>
<p>Decreto n. 11.003, de 21 de março de 2022</p> <p>Publicado no D.O.U. de 22 mar. 2022</p>	<p>Institui a Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano.</p>
<p>Decreto n. 11.002, de 17 de março de 2022</p> <p>Publicado no D.O.U. de 18 mar. 2022</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e a Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001, para dispor sobre a remuneração dos militares na ativa, os proventos na inatividade e as pensões militares.</p>
<p>Decreto n. 11.000, de 17 de março de 2022</p> <p>Publicado no D.O.U. de 18 mar. 2022</p>	<p>Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.</p>
<p>Decreto n. 10.999, de 17 de março de 2022</p> <p>Publicado no D.O.U. de 18 mar. 2022</p>	<p>Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2022.</p>
<p>Decreto n. 10.997, de 15 de março de 2022</p> <p>Publicado no D.O.U. de 16 mar. 2022</p>	<p>Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.</p>
<p>Decreto n. 10.996, de 14 de março de 2022</p> <p>Publicado no D.O.U. de 15 mar. 2022</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</p>
<p>Decreto n. 10.991, de 11 de março de 2022</p> <p>Publicado no D.O.U. de 11 mar. 2022 - Edição extra</p>	<p>Institui o Plano Nacional de Fertilizantes 2022-2050 e o Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas.</p>

Decreto n. 10.990, de 9 de março de 2022 Publicado no D.O.U. de 10 mar. 2022	Regulamenta o procedimento de ressarcimento à União de recursos dos benefícios do auxílio emergencial, de que tratam os art. 28 e art. 29 da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, nas hipóteses de constatação de irregularidade ou erro material em sua concessão, manutenção ou revisão.
Decreto n. 10.989, de 8 de março de 2022 Publicado no D.O.U. de 9 mar. 2022	Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual.
Decreto n. 10.988, de 8 de março de 2022 Publicado no D.O.U. de 9 mar. 2022	Institui a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino - Brasil para Elas e o Comitê de Empreendedorismo Feminino.
Decreto n. 10.987, de 8 de março de 2022 Publicado no D.O.U. de 9 mar. 2022	Institui o Programa Mães do Brasil.
Decreto n. 10.985, de 8 de março de 2022 Publicado no D.O.U. de 9 mar. 2022	Altera o Decreto nº 10.979, de 25 de fevereiro de 2022, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e dispõe sobre a devolução ficta de automóveis em decorrência da redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.
Decreto n. 10.979, de 25 de fevereiro de 2022 Publicado no D.O.U. 25 fev. 2022 - Edição extra	Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.
Decreto n. 10.977, de 23 de fevereiro de 2022 Publicado no D.O.U. 23 fev. 2022 - Edição extra	Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para estabelecer os procedimentos e os requisitos para a expedição da Carteira de Identidade por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, para estabelecer o Serviço de Identificação do Cidadão como o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.
Decreto n. 10.976, de 22 de fevereiro de 2022 Publicado no D.O.U. 23 fev. 2022	Dispõe sobre o Comitê de Participação do Fundo de Arrendamento Residencial e altera os limites das subvenções econômicas para produção ou aquisição de imóveis novos ou usados às famílias beneficiárias do Programa Casa Verde e Amarela.
Decreto n. 10.973, de 18 de fevereiro de 2022 Publicado no D.O.U. 21 fev. 2022	Regulamenta a designação de militar da reserva remunerada das Forças Armadas para o serviço ativo prevista na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares.
Decreto n. 10.972, de 18 de fevereiro de 2022 Publicado no D.O.U. 18 fev. 2022 - Edição extra	Altera o Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, que regulamenta a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para dispor sobre a pré-seleção dos estudantes a serem beneficiados pelo Programa Universidade para Todos.
Decreto n. 10.966, de 11 de fevereiro de 2022 Publicado no D.O.U. 14 fev. 2022	Institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala.
Decreto n. 10.965, de 11 de fevereiro de 2022 Publicado no D.O.U. 14 fev. 2022	Altera o Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, que regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.

Decreto n. 10.961, de 11 de fevereiro de 2022 Publicado no D.O.U. 11 fev. 2022 - Edição extra	Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022 e dá outras providências.
Decreto n. 10.960, de 10 de fevereiro de 2022 Publicado no D.O.U. 11 fev. 2022	Altera o Decreto nº 1.091, de 21 de março de 1994, que dispõe sobre procedimentos a serem observados por empresas controladas direta ou indiretamente pela União.
Decreto n. 10.959, de 8 de fevereiro de 2022 Publicado no D.O.U. 9 fev. 2022	Dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado.
Decreto n. 10.952, de 27 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 28 jan. 2022	Regulamenta a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021, e estabelece os critérios de transferência automática de recursos, a título de apoio financeiro, aos Estados e ao Distrito Federal, para a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública, por meio da Plataforma +Brasil.
Decreto n. 10.950, de 27 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 27 jan. 2022 - Edição extra	Dispõe sobre o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional.
Decreto n. 10.948, de 26 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 27 jan. 2022	Cria o Escritório do Ministério da Economia junto à Embaixada do Brasil em Washington, Estados Unidos da América, e dispõe sobre a designação, a atuação e a remuneração do Chefe do Escritório e de seu Assessor.
Decreto n. 10.947, de 25 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 26 jan. 2022	Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Decreto n. 10.946, de 25 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 25 jan. 2022 - Edição extra	Dispõe sobre a cessão de uso de espaços físicos e o aproveitamento dos recursos naturais em águas interiores de domínio da União, no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental para a geração de energia elétrica a partir de empreendimento offshore.
Decreto n. 10.941, de 13 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 14 jan. 2022	Altera o Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007, que regulamenta a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, institui o concurso de prognóstico denominado Timemania, estabelece os critérios de participação e adesão das entidades de prática desportiva da modalidade de futebol profissional e dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.
Decreto n. 10.940, de 13 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 14 jan. 2022	Altera o Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.
Decreto n. 10.939, de 13 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 14 jan. 2022	Regulamenta as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica.
Decreto n. 10.938, de 13 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 13 jan. 2022 - Edição extra	Altera o Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007, que institui o Comitê Gestor do Simples Nacional.

Decreto n. 10.937, de 12 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 13 jan. 2022	Delega a competência ao Ministro de Estado da Economia para a prática dos atos que especifica, altera o Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e revoga o Decreto nº 10.616, de 29 de janeiro de 2021.
Decreto n. 10.936, de 12 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 12 jan. 2022 - Edição extra	Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Decreto n. 10.935, de 12 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 12 jan. 2022 - Edição extra	Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.
Decreto n. 10.934, de 11 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 12 jan. 2022	Altera o Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, que regulamenta a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior.
Decreto n. 10.933, de 11 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 12 jan. 2022	Altera o Decreto nº 6.426, de 7 de abril de 2008, que reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação dos produtos que menciona.
Decreto n. 10.931, de 10 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 11 jan. 2022	Institui o Comitê Gestor dos Planos de Enfrentamento da Covid-19 para os Povos Indígenas.
Decreto n. 10.929, de 7 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 7 jan. 2022 - Edição extra	Estabelece procedimento especial para consultas públicas de decretos destinados a regulamentar dispositivo da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
Decreto n. 10.928, de 7 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.U. de 7 jan. 2022 - Edição extra	Altera o Decreto nº 10.681, de 20 de abril de 2021, para dispor sobre a classificação de desempenho do Regime de Recuperação Fiscal do Estado ou do Distrito Federal e sobre as condições dispostas no § 3º do art. 7º-B da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

2.1 LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar n. 245, de 30 de março de 2022 Publicada no D.O.E. de 30 mar. 2022	Institui o Quadro Próprio da Polícia Penal do Estado do Paraná, bem como regulamenta a transformação do atual cargo de Agente Penitenciário.
Lei Complementar n. 244, de 30 de março de 2022 Publicada no D.O.E. de 30 mar. 2022	Altera a Lei Complementar nº 131, de 29 de setembro de 2010, que dispõe sobre a reestruturação da carreira do Agente Fiscal da Coordenação da Receita do Estado, que passa a ser denominado Auditor Fiscal, conforme especifica e adota outras providências.

2.2 LEIS ORDINÁRIAS

Lei n. 20.998, de 30 de março de 2022 Publicada no D.O.E. de 30 mar. 2022	Institui preço público para cobrança de despesas com procedimentos da Polícia Científica e dá outras providências.
--	--

Lei n. 20.997, de 30 de março de 2022 Publicada no D.O.E. de 30 mar. 2022	Altera dispositivos da Lei nº 20.937, de 17 de dezembro de 2021, que institui o auxílio-alimentação aos servidores ativos ocupantes das carreiras que especifica.
Lei n. 20.996, de 30 de março de 2022 Publicada no D.O.E. de 30 mar. 2022	Dispõe sobre a reestruturação das carreiras da Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Científica e dá outras providências.
Lei n. 20.995, de 30 de março de 2022 Publicada no D.O.E. de 30 mar. 2022	Altera o inciso VII do §2º do art. 37 da Lei nº 20.431, de 15 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2021.
Lei n. 20.994, de 30 de março de 2022 Publicada no D.O.E. de 30 mar. 2022	Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos, e inativos que tenham direito à paridade, integrantes das carreiras de Técnico de Controle e de Auxiliar de Controle do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Lei n. 20.993, de 30 de março de 2022 Publicada no D.O.E. de 30 mar. 2022	Dispõe, conforme especifica, sobre os vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências.
Lei n. 20.992, de 30 de março de 2022 Publicada no D.O.E. de 30 mar. 2022	Reajusta as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná.
Lei n. 20.991, de 30 de março de 2022 Publicada no D.O.E. de 30 mar. 2022	Concede revisão geral anual dos anos de 2020 e 2021, alterando as tabelas de vencimento básico e subsídio do quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
Lei n. 20.990, de 30 de março de 2022 Publicada no D.O.E. de 30 mar. 2022	Concede revisão geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores efetivos e comissionados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, bem como aos inativos e pensionistas.
Lei n. 20.989, de 30 de março de 2022 Publicada no D.O.E. de 30 mar. 2022	Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo, da remuneração dos cargos em comissão, das gratificações, do auxílio-alimentação, do auxílio-creche e do auxílio-saúde no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao inciso X do art. 37 da Constituição Federal.
Lei n. 20.987, de 23 de março de 2022 Publicada no D.O.E. de 23 mar. 2022	Altera a Lei nº 20.333, de 28 de setembro de 2020, que suspende os prazos de validade dos concursos públicos já homologados durante o período de vigência de calamidade pública no Estado do Paraná, em decorrência da pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2.
Lei n. 20.978, de 18 de março de 2022 Publicada no D.O.E. de 21 mar. 2022	Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto as Instituições Financeiras Nacionais, públicas ou privadas para financiamento parcial da execução da obra de duplicação da PR-317 – Trecho Iguaçu à Maringá.
Lei n. 20.971, de 16 de março de 2022 Publicada no D.O.E. de 21 mar. 2022	Revoga a Lei nº 20.189, de 28 de abril de 2020, que obriga, no Estado do Paraná, o uso de máscaras enquanto perdurar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2, e adota outras providências.

Lei n. 20.963, de 23 de fevereiro de 2022 Publicada no D.O.E. de 23 fev. 2022	Altera as Leis nº 19.935, de 24 de setembro de 2019, que instituiu, no âmbito do Estado do Paraná, o Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, e nº 20.937, de 17 de dezembro de 2021, que institui o auxílio-alimentação aos servidores ativos ocupantes das carreiras que especifica.
Lei n. 20.962, de 15 de fevereiro de 2022 Publicada no D.O.E. de 16 fev. 2022	Institui o Passaporte Equestre no Estado do Paraná.
Lei n. 20.961, de 15 de fevereiro de 2022 Publicada no D.O.E. de 16 fev. 2022	Altera a Lei nº 18.746, de 6 de abril de 2016, que torna obrigatória a divulgação do serviço Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, incluindo outras medidas de prevenção e combate ao abuso sexual de mulheres nos estabelecimentos abrangidos pela Lei em apreço e dá outras providências.
Lei n. 20.958, de 10 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.E. de 11 jan. 2022	Altera as Leis nº 11.662, de 10 de janeiro de 1997 [que torna obrigatório aos estabelecimentos de ensino da rede pública e particular, de 1º, 2º, e 3º grau, a abonação de faltas de alunos, motivadas por princípio de consciência religiosa], e nº 16.653, de 9 de dezembro de 2010 [que dispõe que as provas e demais avaliações, atividades referentes a concursos públicos e vestibulares, em qualquer de suas fases, não se realizam aos sábados], em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa em consonância com os termos da Lei Federal nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019.
Lei n. 20.957, de 10 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.E. de 11 jan. 2022	Dispõe sobre a divulgação do serviço “Disque Denúncia – 181” no Estado do Paraná.
Lei n. 20.954, de 10 de janeiro de 2022 Publicada no D.O.E. de 11 jan. 2022	Revoga as alíneas “c”, “d”, “e” e “g” do inciso III do art. 36 da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019 [que dispõe sobre a organização básica administrativa do Poder Executivo Estadual], bem como revoga o caput e parágrafo único do art. 22 da Lei nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019 [que autoriza a incorporação do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná e do Instituto das Águas do Paraná, pelo Instituto Ambiental do Paraná].

2.3 DECRETOS

Decreto n. 10.631, de 31 de março de 2022 Publicado no D.O.E. de 31 mar. 2022	Cria o Fórum Permanente de Desenvolvimento Socioeconômico e Políticas Públicas Integrados à Família.
Decreto n. 10.611, de 30 de março de 2022 Publicado no D.O.E. de 30 mar. 2022	Promove alterações no Decreto nº 2.808, de 20 de novembro de 2015, que expede determinação, para os fins que especifica, aos representantes do Estado junto às empresas por este controladas.
Decreto n. 10.604, de 29 de março de 2022 Publicado no D.O.E. de 29 mar. 2022	Institui Grupo de Trabalho para fomento de políticas públicas voltadas ao terceiro setor.
Decreto n. 10.596, de 29 de março de 2022 Publicado no D.O.E. de 29 mar. 2022	Promove alterações no Decreto nº 10.530, de 16 de março de 2022, que estabelece medidas para o uso da máscara facial de proteção individual no enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19.

<p>Decreto n. 10.545, de 22 de março de 2022</p> <p>Publicado no D.O.E. de 22 mar. 2022</p>	<p>Regulamenta a Lei Complementar nº 239, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o parcelamento de valores relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, sujeitos ao regime de substituição tributária, que foram objeto de comunicado de autorregularização pelo fisco estadual aos estabelecimentos varejistas de produtos farmacêuticos, na forma que especifica.</p>
<p>Decreto n. 10.544, de 22 de março de 2022</p> <p>Publicado no D.O.E. de 22 mar. 2022</p>	<p>Acresce parágrafo único ao art. 11 do Decreto nº 10.161, de 2 de fevereiro de 2022 [que divulga condutas vedadas aos Agentes Públicos dos órgãos da Administração Direta e Indireta no ano eleitoral de 2022] e dá outras providências.</p>
<p>Decreto n. 10.530, de 16 de março de 2022</p> <p>Publicado no D.O.E. de 16 mar. 2022</p>	<p>Estabelece novas medidas para o uso da máscara facial de proteção individual no enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19.</p>
<p>Decreto n. 10.499, de 14 de março de 2022</p> <p>Publicado no D.O.E. de 14 mar. 2022</p>	<p>Regulamenta o ordenamento territorial das áreas de mananciais de abastecimento público situadas na Região Metropolitana de Curitiba.</p>
<p>Decreto n. 10.386, de 25 de fevereiro de 2022</p> <p>Publicado no D.O.E. de 25 fev. 2022</p>	<p>Institui o Comitê Técnico Público-Privado de ESG (environmental, social and governance) para formulação de diretrizes e propostas estruturantes nas áreas ambientais, sociais e de governança no âmbito do Estado do Paraná.</p>
<p>Decreto n. 10.364, de 23 de fevereiro de 2022</p> <p>Publicado no D.O.E. de 23 fev. 2022</p>	<p>Cria a Superintendência Geral de Desempenho Econômico e Social - SGDES e adota outras providências.</p>
<p>Decreto n. 10.319, de 18 de fevereiro de 2022</p> <p>Publicado no D.O.E. de 18 fev. 2022</p>	<p>Revoga o Decreto nº 1.162, de 23 de abril de 2015.</p>
<p>Decreto n. 10.314, de 18 de fevereiro de 2022</p> <p>Publicado no D.O.E. de 18 fev. 2022</p>	<p>Promove alteração no Decreto nº 7.666, de 13 de maio de 2021, que regulamenta a Lei nº 20.394, de 04 de dezembro de 2020, que instituiu o Programa Estadual de Habitação – Casa Fácil/PR.</p>
<p>Decreto n. 10.313, de 18 de fevereiro de 2022</p> <p>Publicado no D.O.E. de 18 fev. 2022</p>	<p>Dispõe sobre Taxas de Reposição que servirão de autorização para abertura de concursos públicos, ampliação de vagas em concursos vigentes e decorrentes nomeações de servidores públicos efetivos estaduais da administração direta e autárquica do poder executivo estadual, e adota outras providências.</p>
<p>Decreto n. 10.241, de 9 de fevereiro de 2022</p> <p>Publicado no D.O.E. de 9 fev. 2022</p>	<p>Declara a caducidade da concessão à empresa BR TRAVESSIAS Ltda, Contrato de Concessão nº 18/2021, que opera o Ferry Boat – Travessia da Baía de Guaratuba.</p>
<p>Decreto n. 10.209, de 4 de fevereiro de 2022</p> <p>Publicado no D.O.E. de 4 fev. 2022</p>	<p>Publica tabelas de vencimento básico e de vantagens com o índice geral de 3,0% (três por cento), do Quadro Próprio do Magistério e Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo Estadual.</p>
<p>Decreto n. 10.163, de 3 de fevereiro de 2022</p> <p>Publicado no D.O.E. de 3 fev. 2022</p>	<p>Dispõe sobre o regulamento da Lei 20.165, de 2 de abril de 2020, alterada pela Lei nº 20.357, de 20 de outubro de 2020, que autorizou a concessão de subvenção econômica no âmbito do Programa Paraná Mais Empregos, abrangendo o Banco do Empreendedor e o Banco do Agricultor e adota outras providências.</p>

Decreto n. 10.162, de 3 de fevereiro de 2022 Publicado no D.O.E. de 3 fev. 2022	Promove alterações no Decreto nº 8.789, de 08 de fevereiro de 2018 e dá outras providências.
Decreto n. 10.161, de 2 de fevereiro de 2022 Publicado no D.O.E. de 2 fev. 2022	Divulga condutas vedadas aos Agentes Públicos dos órgãos da Administração Direta e Indireta no ano eleitoral de 2022.
Decreto n. 10.137, de 31 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.E. de 31 jan. 2022	Fixa os novos valores dos grupos dos Pisos Salariais do Estado do Paraná, válidos para 1º de janeiro de 2022, nos termos que especifica.
Decreto n. 10.099, de 19 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.E. de 19 jan. 2022	Cria a Superintendência Geral de Relações Institucionais e adota outras providências.
Decreto n. 10.087, de 17 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.E. de 17 jan. 2022	Publica as tabelas de vencimento básico, de subsídio e de vantagens com o índice geral de 3% (três por cento) concedido nos termos da Lei nº 20.934 de 17 de dezembro de 2021.
Decreto n. 10.086, de 17 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.E. de 17 jan. 2022	Regulamenta, no âmbito da Administração Pública estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná, a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que “Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, a aquisição e incorporação de bens ao patrimônio público estadual, os procedimentos para intervenção estatal na propriedade privada e dá outras providências.
Decreto n. 10.085, de 17 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.E. de 17 jan. 2022	Promove alteração no Anexo do Decreto Estadual nº 7.792, de 08 de junho de 2021 – que aprova o Sistema Rodoviário Estadual - 2020.
Decreto n. 10.082, de 14 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.E. de 14 jan. 2022	Dispõe sobre a Programação Financeira e Cronograma de desembolso, de que trata o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101/2000, para o exercício de 2022.
Decreto n. 10.077, de 14 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.E. de 14 jan. 2022	Cria o Comitê Intergestor de Políticas Públicas para a Juventude – COIPPJUV – no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná.
Decreto n. 10.051, de 10 de janeiro de 2022 Publicado no D.O.E. de 10 jan. 2022	Regulamenta a Gratificação de Tecnologia e Ensino instituída pela Lei Complementar nº 242, de 17 de dezembro de 2021.



3 NORMAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

3.1 RESOLUÇÕES

Resolução n. 94, de 31 de março de 2022 Publicada no D.E.T.C. de 5 abr. 2022	Dispõe sobre a política de gestão de pessoas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
---	---

Resolução n. 93, de 23 de março de 2022 Publicada no D.E.T.C. de 28 mar. 2022	Dispõe sobre alterações do Regimento Interno relativas à representação processual do Tribunal de Contas.
Resolução n. 92, de 11 de março de 2022 Publicada no D.E.T.C. de 16 mar. 2022	Dispõe sobre alterações do Regimento Interno.
Resolução n. 91, de 13 de janeiro de 2022 Publicada no D.E.T.C. de 18 jan. 2022	Dispõe sobre alterações do Regimento Interno.

3.2 INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução Normativa n. 170, de 13 de janeiro de 2022 Publicada no D.E.T.C. de 18 jan. 2022	Altera a Instrução Normativa nº 86, de 20 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Cadastro Geral do Tribunal - SICAD, e dá outras providências.
---	--

3.3 PORTARIAS SELECIONADAS

Portaria n. 219, de 23 de março de 2022 Publicada no D.E.T.C. de 24 mar. 2022	Resolve que, a partir de 24 de março de 2022, fica permitido o retorno integral de servidores e estagiários às atividades de forma presencial, cabendo ao gestor definir e autorizar aqueles que exercerão as atividades nas dependências do Tribunal de Contas, encerrando-se o período de vigência do teletrabalho especial imposto pela pandemia da COVID-19.
Portaria n. 189, de 16 de março de 2022 Publicada no D.E.T.C. de 21 mar. 2022	Prorroga, até 30 de junho de 2022, o termo final da suspensão do prazo de validade do concurso público para o cargo de Auditor deste Tribunal de Contas aberto pelo Edital nº 1/2015 determinado pela Portaria nº 278/20 da Presidência, considerando que, em conformidade com o Acórdão nº 1.012/21 do Tribunal Pleno, o termo final da suspensão está vinculado ao fim da vigência do estado de calamidade pública em razão da pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 declarado pelo Decreto Estadual nº 4.319, de 23 de março de 2020.
Portaria n. 166, de 8 de março de 2022 Publicada no D.E.T.C. de 8 mar. 2022	Dispõe sobre o acesso às dependências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Portaria n. 61, de 26 de janeiro de 2022 Publicada no D.E.T.C. de 27 jan. 2022	Dispõe sobre a proibição de acesso às dependências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Portaria n. 58, de 25 de janeiro de 2022 Publicada no D.E.T.C. de 26 jan. 2022	Altera o período de recesso instruído pela Portaria nº 976/21, para que passe a constar de 26 de dezembro de 2022 a 2 de janeiro de 2023, permanecendo inalterados os demais termos.
Portaria n. 2, de 7 de janeiro de 2022 Publicada no D.E.T.C. de 10 jan. 2022	Dispõe sobre a proibição de acesso às dependências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.